Nação Portuguesa (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?

Nação Portuguesa (1914-1916) – Which Integralismo Lusitano?

José Manuel Cordeiro

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/443>

DOI: 10.4000/cultura.443

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2009

Paginação: 139-154

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

José Manuel Cordeiro, « *Nação Portuguesa (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?* », *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/443> ; DOI : 10.4000/cultura.443

***Nação Portuguesa* (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?**

*José Manuel Cordeiro**

1. O maior problema que se depara a quem queira produzir qualquer trabalho científico sobre a *Nação Portuguesa*, *Revista de Cultura Nacionalista*, e na sua primeira demão *Revista de Filosofia Política*, é a sua desmesurada extensão que abarca onze séries, prolongando-se pelo período temporal que decorre de 1914 a 1938¹.

Partindo desta premissa, apenas um caminho parece ficar disponível, se não queremos transvestir o artigo, numa lauta obra que é delimitar um espaço que possa ser, ao mesmo tempo, justificável, harmónico e suficientemente sistemático. Nesta ordem de ideias, os anos em que o pensador de Monforte teve parte mais activa no periódico, isto é, entre os anos de 1914-1916, datas entre as quais foi publicada a primeira série, e 1922-1924, datas entre as quais foi o director da *Nação Portuguesa*, parecem-nos ser susceptíveis de caber em artigos científicos.

Sobre estas séries em estudo, convém salientar alguns quesitos que podem diferenciar a primeira série, de carácter mais teórico e doutrinal, das restantes séries, de índole mais prática. Em primeiro lugar, a tentativa de maior divulgação do periódico experimentando a conquista duma maior franja de audiência – este esforço é visível na opção de dividir a *Nação Portuguesa* em duas partes distintas: “na primeira, inserimos os estudos de momentânea curiosidade, feitos de crónicas, transcrições, referências à revista, etc.; na segunda, os ensaios de crítica, filosofia, história e ciência, em que os altos problemas do espírito vão sendo discutidos e formam propriamente a contribuição original que dispensamos ao ressurgimento mental em que nos empenhamos”²; seguidamente, o aparecimento de publicidade, embora com carácter elitista e dirigida a uma camada de população restrita (mas que outra gente lhes podia interessar?), e de permutas com revistas coevas reputadas de importantes; finalmente, o recurso à

* Seminário Livre de História das Ideias, Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ A catalogação integral dessas onze séries está a ser paulatinamente preparada; esta encontra-se, praticamente, concluída até à 6.ª série, faltando às que restam alguns acabamentos do ponto de vista informático e de revisão final.

² “Expediente. Aos Leitores”, *Nação Portuguesa*, 3.ª Série, n.º 1, p. VIII.

memória, à tradição e à identidade nacional expressas em rubricas como, por exemplo, “Os Nossos Mestres”, “Cipo”, “Memento” e, principalmente, na coluna que passou a ser frequente em todos os números posteriores à 1.ª série, “Das Ideias, das Almas & dos Factos”, secção que teve sempre uma vertente mais prática e de intervenção na vida política nacional, comentando, salientando, maldizendo, interrogando, conforme se adequava melhor à circunstância do próprio movimento do Integralismo Lusitano.

Vejamos então, por ora, um dos modos possíveis de encarar a primeira série da *Nação Portuguesa*³.

2. Se, do ponto de vista da descendência ideológica, os “moços” da *Nação Portuguesa*, são filhos de Ramirez⁴, então a *Nação Portuguesa* dos “moços” é a herdeira da brevíssima *Alma Portuguesa* publicada em Lovaina.

É na *Alma Portuguesa – Órgão do “Integralismo Lusitano” – Revista de philosophia, litteratura e arte, sociologia, educação, instrucção e actualidades*⁵, que só deu à luz dois números em 1913, que encontramos o que virá a entender-se, *grosso modo*, por Integralismo Lusitano, quais os seus propósitos, os seus fundamentos e a sua inspiração ideológica. É nestes planos que se espelharão o movimento integralista lusitano no decorrer da sua longa existência publicista no formato revista (1913-1938) e o diário *A Monarquia* (1917-1925) no formato jornal.

Que podemos colher na *Alma Portuguesa* como chave interpretativa para compreender os intuitos da *Nação Portuguesa*? Sabendo que, hoje, a *Nação Portuguesa* tem um vulto que obnubila as noventa e sete páginas da *Alma Portuguesa*, entendemos, também, que não será por acaso. A *Nação Portuguesa* contém nela a real herança da *Alma*; acrescentou-lhe algo de novo – novos e importantes correligionários – e passou a publicar-se em terras lusas, isto é, no seu espaço geográfico natural. Da *Alma*, transita

³ No que se refere aos assuntos tratados na revista *Nação Portuguesa* [N.P.], este artigo será desenvolvido unicamente com o recurso à base de dados que será disponibilizada oportunamente, tentando-se, para o efeito, demonstrar como, partindo dessa mesma base de dados, se poderão configurar tematicamente as suas potencialidades, nomeadamente na selecção dos artigos de que se busque informação tida como necessária.

⁴ N.P., 1.ª Série, pp. 1-3.

⁵ *Alma Portuguesa* (Maio e Setembro de 1913, Louvain). Colaboradores: Domingos de Gusmão Araújo (Director), Ramos Ribeiro (Director Artístico), Rolão Preto (Secretário de Redacção), D. António Alves Pereira (Cadaval – Administrador), Ascenso Siqueira, Alberto de Monsaraz, Luis de Almeida Braga, Henrique de Paiva Couceiro, Alberto Pinheiro Torres, Ayres d’Ornellas e Alexandre Corrêa.

para a *Nação* Alberto de Monsaraz, que será o seu director, bem como transitam o director daquela – Domingos de Gusmão Araújo – e os colaboradores Luiz d’Almeida Braga e Rolão Preto, sendo que este ressurgirá apenas na segunda série.

Inultrapassável é o facto de a revista integralista, agora publicada em terras lusas, se assumir como a revista do tradicionalismo e por isso na continuidade do que já era defendido na *Alma*, pois aí, no artigo da responsabilidade da redacção⁶, assume-se que o movimento iniciado com a *Alma* pretende ser um órgão de união de todos os patriotas na alma e consciência portuguesas, fundados no tradicionalismo progressista e no cristianismo com “a sombra protectora de Nun’Alvares, herói e santo, a mais pura consubstanciação da alma nacional!”⁷

Por motivos à altura anunciados como imprevistos, o verdadeiro manifesto ideológico só viu a luz do dia no número dois da revista com o título “O Integralismo Lusitano”⁸ e com a menção de que iria continuar; porém, tal não ocorreu nem com este artigo de Luís d’Almeida Braga, nem com outros dois, também de alguma profundidade ideológica, nomeadamente os artigos de Domingos de Gusmão Araújo (“Idealismo e acção”) e de Alexandre Corrêa (“Da origem do poder”).

O artigo “Integralismo Lusitano”⁹ publicado na *Alma* aponta-nos como orientação político-ideológica um retorno ao religioso e ao artístico, como contraponto e em vez do que diziam estar a ser a sociedade coetânea, regida e orientada por valores materialistas e cientistas. A regeneração do país, dizia-se, só poderia efectuar-se “pelo culto à tradição e pelo amor à pátria”, e nesta via de apelo à tradição defendia-se que

Foi porque rompia violentamente com o passado, esperando tudo do individualismo democrático e republicano, julgando assim que a renascença do seu paiz estava ligada a essa condição imaginária, que o *Risorgimento* italiano e o *Tugen Bund* alemão tiveram vida estéril e ephemera duma onda perdida no alto mar, fallencia que é bom lembrar agora, quando um movimento análogo tenta afirmar-se entre nós.¹⁰

⁶ À altura, Alberto de Monsaraz ainda não era anunciado como Conde de Monsaraz, facto que só viria a ocorrer no número dois, e último, da revista (pp. 1-9).

⁷ Cf. *Alma Portuguesa*, p. 9.

⁸ *Alma Portuguesa*, pp. 53-57.

⁹ *Alma Portuguesa*, pp. 53-57.

¹⁰ Cf. *Alma Portuguesa*, p. 57.

3. No artigo de abertura da *Nação Portuguesa*, intitulado “Anunciação”, o seu autor¹¹ deixa claro o apelo ao regresso da tradição ao utilizar a personagem de Lúcio Castanheiro de *A Ilustre Casa de Ramires* para a anunciar. Este apelo exigiu a crítica ao constitucionalismo, por um lado, e o elogio à monarquia orgânica por oposição ao republicanismo “cartista”, que radicou as suas fundações na Revolução Francesa e nos enciclopedistas, por outro. As críticas estenderam-se também ao sufrágio universal e ao poder pessoal. É neste artigo que o movimento integralista se apresenta desde logo como anticontratualista (contrário à soberania popular, encarando a história política como garantia da verdade de tais princípios) e aponta o desiderato de que a *Nação Portuguesa* será a tribuna da defesa de tais princípios para “bem de Portugal”¹². O regresso à tradição será o tópico mais frequente da revista, assim como a decisão do seu continuado ancoramento na história de Portugal.

Ora, a *Nação Portuguesa* vai tentar desenvolver todo o seu programa nesta primeira série durante doze números, que se publicarão pelo período compreendido entre 1914 e Novembro de 1916. Também não deixa de ser significativo que, dos articulistas anunciados, nem todos escreveram para a revista, nomeadamente o Padre Amadeu de Vasconcelos (pseudónimo Mariotte); apesar disso e dos anúncios repetidos de ser colaborador, nunca foi dada qualquer justificação para o facto de nada ter escrito em prol deste movimento e de não ter qualquer acção nesta particular revista. Encontramos, apenas no último número desta primeira série, indícios de uma presumível justificação para tal facto e logo pela pena do seu director, Alberto de Monsaraz: “... João do Amaral, Mariotte e Alfredo Pimenta afirmaram valorosamente os seus ideais de força, de ordem e de disciplina sociais... Destes três publicistas ilustres, João do Amaral é sem dúvida o único integralista.”¹³ Aliás, este artigo é demonstrativo das características do movimento integralista lusitano e das suas fundações ideológicas, apresentando-se como o balanço da actividade desenvolvida pelo integralismo contra-revolucionário e é também a passagem de testemunho para o “moço” António Sardinha. Também não colaboraram com artigos nesta série Ayres d’Ornellas¹⁴, D. Luís de Castro, Francisco de Sousa Gomes Veloso, João da Rocha Páris, José de Azevedo Castelo Branco e Simião Pinto de Mesquita.

¹¹ O artigo, não estando assinado, assumimo-lo aqui da responsabilidade do director.

¹² N.P., pp. 1-3.

¹³ Cf. N.P., p. 357.

¹⁴ Apesar de não ter artigos em seu nome, surge tratado na revista em breves análises das suas publicações tal como a recensão da obra *Um Ano de Guerra*, havendo vários extractos de diversos capítulos onde se salienta o nacionalismo da Action Française e as relações anglo-germânicas [1.ª Série, n.º 12, s/p.].

Na lista de colaboradores fundadores, ou seja, aqueles que são anunciados no decorrer dos doze números da revista e que apresentam artigos assinados, encontramos¹⁵ Adriano Xavier Cordeiro, Alfredo Pimenta, António Sardinha (António de Monforte), Domingos de Gusmão Araújo, Francisco L. Vieira d’Almeida, Garcia Pulido, Gustavo Ferreira Borges, Hipólito Raposo, João do Amaral, José A. Pequito Rebelo, Luiz d’Almeida Braga, Luís Cabral de Moncada e o seu director, Alberto de Monsaraz.

Assumindo-se, desde já, a herança da *Alma Portuguesa*, importa realçar que nos encontramos perante uma revista de um outro vulto, em que os artigos que dão jus ao seu expressivo subtítulo são abundantes e de variados autores.

Os artigos que se nos apresentam como fundacionais e fundamentais para se entender aquilo que ainda poderemos designar, nesta primeira série, como o integralismo “moço” perpassam por todos os doze números, onde se vão notando aqui e ali algumas contrariedades e algum proselitismo; do mesmo modo, perpassa por muitos artigos uma constante procura de gizir um rumo e cativar novos correligionários¹⁶. Recordamos, a título de exemplo, a extensa passagem de esclarecimento da redacção por se publicar um artigo de Alfredo Pimenta intitulado “Parlamentarismo”. Neste esclarecimento fica claro que há a necessidade de acentuar que, apesar de Alfredo Pimenta ainda se mostrar republicano, é, ainda assim e apesar disso, aceite pelos integralistas, e é-o porque têm a opinião de que as doutrinas que Pimenta professa lhes estão próximas, sendo levados os integralistas da redacção a assumir que “até perdoamos ao seu alto espírito o curioso paradoxo de ainda se declarar republicano...”¹⁷.

O regresso à tradição, como escopo fundante do movimento integralista, impõe o regresso à monarquia, mas não a constitucional. A monarquia tradicional será a monarquia orgânica, e será por ela que o movimento integralista, tal como se expressa na *Nação*, se irá digladiar com o(s) movimento(s) republicano(s), por um lado, e, por outro, com os monárquicos de cariz constitucionalista e parlamentar.

Na sua postura inconformada com a situação política, qualquer justificação serviria para afrontarem a República e para dela se demarcarem; a título de exemplo, no artigo, aparentemente inócuo e da responsabilidade da redacção, intitulado “A Nossa

¹⁵ N.P., 1.ª Série, n.º 1 e n.º 12, em números intermédios; curiosamente, o número da lista de colaboradores ia variando.

¹⁶ A título de exemplo, veja-se o artigo “Movimento Integralista” em que se apresentam as adesões ao Integralismo Lusitano de José Alves Monteiro e Garcia Pulido. N.P., 1.ª Série, n.º 7, contracapa.

¹⁷ Cf. “O problema religioso”, n.º 4, 1.ª Série, p. 105; a reforçar esta ideia, cf. também n.º 11, pp. IV-VI.

Ortografia”¹⁸, pretendia-se responder a pretensas críticas que a redacção da revista entretanto tinha recebido, nomeadamente sobre a falta de uniformização da ortografia; disseram os autores do artigo que respeitavam e respeitariam a ortografia dos colaboradores, mas, caso tal uniformização viesse a ocorrer, não seguiriam a da “República” mas a dos maiores da Dinastia de Avis, bem como a dos metodistas (Verney e Moraes). Aproveitava-se, portanto, qualquer motivo para criticar a República, fosse pela reforma ortográfica que então se pretendia operar, fosse pelo que fosse. “Da República nada queremos”, diziam-no a viva voz¹⁹.

Encaramos, portanto, que a importância atribuída a esta primeira série da *Nação Portuguesa* se deve muito ao facto de abarcar um grande número de artigos relacionados directamente com a marca ideológica do que entendiam ser o “Integralismo Lusitano”. Um qualquer excursão nesta temática deverá necessariamente passar, também, pelos temas conexos ao Integralismo Lusitano, nomeadamente o tradicionalismo, a monarquia, o nacionalismo, a democracia e o municipalismo. Por isto mesmo, assumida a existência de um Integralismo Lusitano e assumida a ideia de monarquia integral, ou integralista na perspectiva de Hipólito Raposo, retira-se do seu artigo “Natureza da Representação” a defesa de que o tipo de monarquia considerada e a considerar pelo Integralismo será aquela que passar da representatividade política para a delegação das classes e dos interesses e de que, nas diversas funções dos seus diversos órgãos do Estado, deve dar-se especial incidência às funções municipais²⁰.

Retira-se da leitura e análise desta primeira série da *Nação Portuguesa* que o tema “Integralismo” poderá ser encarado em múltiplas vertentes, seja a sua ligação ao que se entende ser o nacionalismo, seja a sua ligação aos seus fundamentos histórico-ideológicos, bem como a vertente daquilo que se entende ser a ideia de governo descentralizado que se propõe instaurar ou, dito de outro modo, que se pretende restaurar.

No artigo “O que nós queremos – Monarquia orgânica tradicionalista e anti-parlamentar”, da responsabilidade da redacção, nunca será demais recordar que nele surge a apresentação programática do Integralismo Lusitano e que nele poderemos dilucidar as linhas de acção daquilo que pretendem os integralistas acerca da organização político-administrativa da Nação nas suas diversas vertentes. Quanto à Chefia do Estado (Rei), assumir-se-á a crítica ao absolutismo, propondo-se a monarquia orgânica como a verdadeira monarquia; D. Manuel II seria o legítimo herdeiro da coroa da

¹⁸ Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 4, contracapa.

¹⁹ N.P., 1.ª Série, n.º 4, contracapa.

²⁰ N.P., 1.ª Série, n.º 5, pp. 133-137.

nação portuguesa, uma vez que viam nele o legítimo intérprete desta concepção²¹. Apontam também as linhas directrizes para o modo de Governação, a constituição das Corporações, o papel da família, assim como as formas descentralizadoras municipalistas. Não olvidam o modo de organização da Justiça, da Instrução/Educação, nem o papel da Ciência e da Religião e a importância da Nação espiritual²².

Pela pena de José Pequito Rebelo, no artigo intitulado “Pela Dedução à Monarquia”²³, nota-se o empenho na demonstração dedutiva da inevitabilidade da monarquia orgânica como regime político. Nesta sua caminhada dedutiva, o autor recorre ao conhecimento da história pátria para tal demonstração e justificação. A história pátria é apresentada como o campo empírico da ciência política, e a este campo empírico aplica-se a lei dos três estados propostos por Comte, esclarecendo-se o processo a três tempos de evolução do pátrio regime: tradicionalismo empírico, metafísica revolucionária e, finalmente, tradicionalismo positivo. Rebelo apresenta-nos neste processo dedutivo o papel das elites e aponta-as como a minoria equilibrante da sociedade; a monarquia orgânica nascerá da aliança que se estabelecer entre o Rei e a elite (intelectual), e será, dada a sua natureza apresentada por demonstração, de cariz reaccionário em relação às políticas revolucionárias. O autor acrescenta ainda a todo este périplo demonstrativo a ideia de “Integração” buscada, na sua formulação biológica e aplicada analogicamente à sociedade humana. Este artigo é, na nossa modesta perspectiva, um incontornável marco para a compreensão do que viria a ser o Integralismo Lusitano, não só porque aponta os pontos cardeais do movimento, mas também porque traça o destino da sua acção político-ideológica.

Outra questão incontornável para o estudo do Integralismo prende-se com a sua pretensa e presumida ligação à *Action Française*. Aliás, aquando do aparecimento da *Nação Portuguesa*, começaram a surgir as primeiras reacções na imprensa e as primeiras insinuações sobre tal ligação. Alberto de Monsaraz, aproveitando o ensejo para agradecer os apoios que na sociedade portuguesa iam surgindo ao movimento integralista e tradicionalista, tenta, ao mesmo tempo que responde às críticas de vária ordem, uma descolagem em relação aos movimentos da *Action Française*.

As mais cerradas críticas também se relacionavam com a tentativa de colagem do movimento integralista lusitano ao maurrasianismo da *Action*, pelo que, durante a publicação da primeira série, vão ser bastantes os artigos para tentar demonstrar que

²¹ Cf. N.P., pp. 67-69.

²² Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 1, pp. 4-6.

²³ N.P., 1.ª Série, n.º 1, pp. 16-23; n.º 3, pp. 72-85.

assim não é. Lembremo-nos, como mero exemplo entre tantos outros que poderiam ser invocados, do artigo “A Magna Carta – Lei de 4 de Junho de 1824 – João VI”²⁴ em que tal documento régio se apresenta e transcreve como o documento nobre do Integralismo Lusitano, pretendendo-se ao mesmo tempo afastar quaisquer semelhanças do Integralismo Lusitano com as concepções políticas defendidas por Maurras. Ayres d’Ornellas vê também neste artigo os fundamentos do tradicionalismo e entende-o como o modo de arrepiar caminho do constitucionalismo importado. Contudo, tal posição assim assumida do tradicionalismo não era do agrado do “moço” de Monforte, uma vez que através do seu artigo “Poder Pessoal e Poder Absoluto”²⁵, onde também tentou uma resposta a tais críticas de colagem do movimento Integralista Lusitano ao maurrasianismo da *Action*, criticou as posições assumidas por Ayres d’Ornellas, nomeadamente o facto de este ter entendido que o texto “A Magna Carta – Lei de 4 de Junho de 1824 – João VI” seria o verdadeiro documento do tradicionalismo. Ora, a assunção de tal texto e de tais posições sobre o tradicionalismo teria como consequência a aceitação dos Três Estados e das Cortes Gerais e por isso mesmo da monarquia constitucionalista. Inaceitável! E isto tanto para Sardinha como para um grande punhado de integralistas.

O modo de Sardinha escapar a tais críticas e não aceitar a posição de Ayres d’Ornellas é fazer a demonstração de que a origem do Integralismo Lusitano se insere num movimento mais amplo na história de Portugal e que aí, sim, se deverá ancorar o verdadeiro movimento tradicionalista²⁶. A corroborar tal posição, encontra-se Garcia Pulido, nomeadamente na defesa da monarquia municipalista, posição que defende na polémica que encetou com Raul Brandão e que ficou documentada nas páginas da *Nação Portuguesa*²⁷.

A verdade é que, apesar de tais tentativas de afastamento do maurrasianismo, não foi possível, de todo, convencer nem os de dentro do movimento integralista, nem

²⁴ *Nação Portuguesa – Revista de Filosofia Política*, 1.ª Série, n.º 7, pp. 224-227.

²⁵ *Nação Portuguesa – Coimbra*, Julho 1914. 1.ª Série, n.º 4, pp. 106-120.

²⁶ Cf. N.P., Série I, n.º 4, pp. 106-120. Também a este propósito se deverá consultar o artigo de Garcia Pulido “Carneiro com batatas” (N.P., 1.ª Série, pp. 306-315), onde o autor critica o sistema representativo (parlamentar) e o sistema eleitoral (partidarista). Procura demonstrar que as causas da anarquia em que se vivia eram da responsabilidade do constitucionalismo e da soberania popular. O parlamentarismo, dizia, era responsável por proteger interesses particulares e não os interesses nacionais; pelo mesmo diapasão afirma que os partidos políticos pugnam por interesses particulares e de grupos e dentro do próprio partido se defendem apenas interesses individuais, diluindo-se deste modo o interesse nacional.

²⁷ Cf. N.P., pp. 337-340.

os críticos e opositores externos ao movimento que entretanto iam surgindo não só em número, mas também em qualidade. Pois, curiosamente, enquanto uns tentavam afastar-se do maurrasianismo, outros, por seu turno, queriam um Maurras português, abriam, por isso, as portas à crítica ao mesmo tempo que outros afanosamente as tentavam fechar. O artigo “Carta ao Sr. Moreira de Almeida”²⁸, assinado por “Um português tão desiludido do 4 como do 5 de Outubro” [sic], apresenta-se como uma exortação para que o jornalista Moreira de Almeida ocupe em Portugal o papel que Maurras ocupou em França, dando-lhe inclusivamente a receita, que é a de elaborar uma reflexão sobre o passado distante, longe dos liberalismos e dos republicanismos, aquele passado distante da criação natural do país – a distância exige-se, uma vez que se aponta a “Geração de 89”; e tudo o que ela representa, como a causa da ruína moral e material da Nação²⁹.

Outra vertente importante deste movimento é a sua acção política, pelo que também é digno de nota que no decorrer desta série o movimento do Integralismo Lusitano comece activamente à procura de intervenção política, não se coibindo da polémica, nem de intervenções mais “musculadas”. Anunciam-se, no decurso desta primeira série, as Conferências da Liga Naval sobre a Questão Ibérica e a criação do Centro Integralista de Lisboa. É com a criação deste Centro que surgirá um diário de propaganda, ou seja, o já aludido diário *Monarquia*³⁰. Despontará também o importante Centro Integralista em Coimbra, impulsionando-se a todo o vapor a profusão das ideias e ideais integralistas pelo país fora. Testemunhas deste facto são as revistas de cariz integralista e nacionalista que por todo o país vão surgindo e que a *Nação Portuguesa* continuamente anuncia com garbo.

A leitura de toda a série leva-nos de facto a constatar que há acção política activa destes “moços”. É, no entanto, Alberto de Monsaraz quem nos fará um auto-retrato do Integralismo Lusitano no fim dos doze números da 1.ª Série da *Nação Portuguesa* no seu artigo “Caminho Andado”.

O fim da publicação, em Novembro de 1916, que o autor não esconde dizendo-o frontalmente, deve-se a “dificuldades de toda a ordem, umas directamente relacionadas com a guerra... outras devidas ao facto dos colaboradores se encontrarem dispersos e a tipografia em terra diversa da administração” (nesta altura, a tipografia era em Famalicão, e a administração em Coimbra). Apesar da noção das dificuldades

²⁸ Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 2, pp. 53-54.

²⁹ Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 1, pp. 24, 25.

³⁰ Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 8, contracapa.

ocorridas com a publicação da *Nação Portuguesa*, a verdade é que Monsaraz afirma que não foi com isso prejudicada a propaganda do movimento integralista. Afirma, também:

A Nação Portuguesa foi a primeira publicação do nosso grupo; destinava-se apenas a criar entre nós, nas esferas superiores da sociedade, uma elite intelectual que compreendesse o alcance das ideias e princípios que defendemos e fizesse justiça ao esforço, à tenacidade, ao patriotismo da nossa campanha partidária.³¹

Podemos perguntar-nos se vemos Alberto de Monsaraz a encerrar com satisfação esta aventura com a primeira série e se entendeu que tinha sido cumprida a sua missão. A resposta por ele dada é lacónica – o “resultado alcançou-se e alcançou-se rapidamente” – e termina o artigo dizendo que “os progressos da ideia contra-revolucionária em Portugal têm sido verdadeiramente formidáveis”. Era este o espírito de missão cumprida do primeiro núcleo dos “moços” do Integralismo Lusitano.

A carta de Ramalho Ortigão a João do Amaral [*Carta de um velho a um novo*] também lhes outorga a missão de continuar a obra daquele que será assumido como um dos mestres. Tal documento não é visto senão como o testemunho da “geração avô” à “geração neto” no que concerne à transmissão dos valores políticos da tradição, que se consubstancia no exemplo pessoal do “avô” que não abandona a luta mas que assume que a fará de cabelos já ruços. Aliás, esta assunção do Mestre é reassumida na oração fúnebre a Ramalho Ortigão³². Nesta “Oração fúnebre,” João do Amaral (a corporizar o sentimento da *Nação Portuguesa*) salienta que da sua actividade política, nomeadamente a carta que lhe é dirigida [*Carta de um velho a um novo*], se revaloriza Ramalho como um Mestre dos Moços do Integralismo Lusitano.

No último número, Alberto de Monsaraz não só faz o balanço da actividade dos integralistas enquanto movimento da elite intelectual, das diversas revistas publicadas pelo país fora e das obras publicadas que defendem o ideário integralista, como ainda vaticina o futuro próximo do movimento. Neste artigo de balanço informa que “Um periódico, semanário ou diário, que brevemente há-de aparecer em Lisboa, virá centralizar o movimento, dar-lhe mais unidade e vigor, fazendo-o sair pouco a pouco da fase de preparação em que até hoje se tem desenvolvido”.

³¹ Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 12, p. 357.

³² Cf. N.P., 1.ª Série, n.º 9, contracapa.

Aponta-nos Alberto de Monsaraz o modo e o momento da entrada na segunda fase do movimento integralista³³.

4. Atendendo ao trabalho realizado de indexação da *Nação Portuguesa*, permita-se-nos fazer um brevíssimo excuro, entre tantos possíveis, por um dos temas expendidos pelas páginas da revista e que nos permitirá apontar para a elaboração de um conhecimento mais alargado do modo como os assuntos eram entendidos por diversos colaboradores. Seleccionando, a título de exemplo, artigos tidos como essenciais para entender o modo como os integralistas da *Nação Portuguesa*, 1.^a Série, assumiam a ideia de *tradicionalismo*³⁴, deparamo-nos com o facto de que são incontornáveis os seguintes artigos para o estudo de tal postura pelos autores da nossa revista integralista³⁵:

“Pela Dedução à Monarquia”, José Pequito Rebelo; “Segunda Carta ao Sr. Moreira de Almeida”, Um Portuguez tão desiludido do 4 como do 5 de Outubro; “Senhor Rei, Salvae-nos...”, Alberto de Monsaraz; “Pela Imprensa”, Alberto de Monsaraz; “As velhas liberdades e a nova Liberdade”, A. Xavier Cordeiro; “Poder pessoal e poder absoluto”, António Sardinha; “O ‘Liberalismo’ de Alexandre Herculano”, M. M.; “A Política histórica: O NOVO PRÍNCIPE”, Gama e Castro; “A Fórmula Política”, Vieira de Almeida; “O TERROR”, Garcia Pulido (excerto do “Canapé da Europa”); “A Magna Carta – Lei de 4 de Junho de 1824”, D. João VI; “Movimento Integralista”, Redacção; “Os povos e os governos que

³³ O movimento faseado do Integralismo Lusitano está bem escalpelizado por Manuel Braga da Cruz, in “Integralismo Lusitano” – *Análise Social* n.º 70, pp. 137-182. Entendemos, também, que esta primeira fase foi um período de “laboratório” onde se alinharam e perfilaram diferentes concepções político-filosóficas, bem como diferentes compreensões de organização do movimento do Integralismo luso. Tais posturas serão verificadas com os movimentos cisionistas de que as séries subsequentes nos darão nota, a começar exactamente pela segunda, que se tratará também nas páginas deste número da revista.

³⁴ Outros artigos poderiam também ser citados; apesar de o seu conteúdo tratar também de assuntos relacionados com o *tradicionalismo*, não pretendemos com esta lista ser exaustivos, queremos apenas demonstrar as potencialidades de dispor de tal informação. Lembramo-nos, a título de exemplo, de dois artigos da autoria de António Sardinha, “Teófilo mestre da contra-revolução” e “Apologia da Guerra”, onde se colhem também importantes achegas para o assunto; mas outros há e de outros autores também.

³⁵ Este exemplo só nos apresenta os artigos da 1.^a Série, mas poderia ser válido para todas as séries desde que estivessem já disponibilizadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa. A inserção desta lista neste texto pretende demonstrar a grandiosidade desta revista e a grande dificuldade em isolar os seus conceitos fundamentais devido à sua enorme dispersão. Se tivéssemos que anexar os artigos das subsequentes séries, então o rol seria ainda mais fastidioso. No entanto, o investigador só deverá animar-se quando tanto material está à sua disposição.

merecem”, Luís Cabral de Moncada; “A Comezaina”, Garcia Pulido (excerto da obra *O Canapé da Europa*); “O Rei do Trabalho: As Cartas de El-Rei. A Monarquia Operária – A incapacidade das democracias para resolver a questão obreira. Exemplos e opiniões”, António Sardinha; “Depois da Guerra”, Anónimo; “Ramalho Ortigão: A Carta”, Ramalho Ortigão (citado por Alberto de Monsaraz); “Os nossos primeiros estadistas”, Ramalho Ortigão (citado por Alberto de Monsaraz); “Conceito Nacional de Soberania”, Hipólito Raposo; “O Espírito da Democracia”, Luiz d’Almeida Braga; “A desnacionalização do nosso Direito: Introdução à conferência pronunciada na Liga Naval, na noite de 11 de Maio de 1914, subordinada ao título ‘A Questão Ibérica – O Direito e as Instituições’”, A. Xavier Cordeiro; “Carneiro com batatas!”, Garcia Pulido (excerto de *O Canapé da Europa*); “Tradição e Nacionalidade”, Luiz d’Almeida Braga (excerto do livro *A Questão Ibérica*); “Política Interna”, João do Amaral; “A solução monárquica, comentários, por Alfredo Pimenta”, Redacção; “O Cerco do Porto”, Garcia Pulido; “Mudança d’Ares”, pelo Dr. Samuel Maia, Redacção; “Um ano de guerra”, por Ayres d’Ornellas, Redacção; “Caminho Andado”, A. M. (Alberto Monsaraz); “A Teoria da Nobreza”, António Sardinha; “Pensamento político de Eça de Queiroz”, Hipólito Raposo; “O depoimento anti-parlamentar dos nossos economistas”, P. R. [Pequito Rebelo]; “Da renascença do tradicionalismo na arte e na política”, Luiz d’Almeida Braga.

A escolha de alguns dos artigos transcritos permitirá perceber que a informação a que o trabalho de indexação levou disponibiliza o acesso a diversos itens e conteúdos. Como mero exemplo, transcrevemos para o presente texto o que se pode obter imediatamente sem a leitura integral dos artigos de António Sardinha (“A teoria da nobreza”)³⁶ e de Luiz d’Almeida Braga (“Da renascença do tradicionalismo na arte e na política”)³⁷.

Acompanha a indicação do artigo de Sardinha, e de todos os outros artigos, uma breve apresentação do seu conteúdo. No caso concreto, ficamos a saber que, com este artigo, o autor

pretende demonstrar de que só com o regresso às bases da Monarquia Tradicional (Família, Município, Província e Estado) se pode salvar a Nação do estado em que se encontrava. Esclarece-nos sobre as características de tal monarquia e o modo de retorno à sua antiga nobreza, que características esta deve apresentar e como é que alguém a ela pode ascender. Esta análise, Sardinha, diz que pode e deve ser elaborada de acordo com a “lei da capilariedade social” do antroppo-sociólogo Vacher de Lapouge. De tal análise conclui que

³⁶ N.P., pp. 359-376.

³⁷ N.P., pp. 391-395.

a nobreza é uma característica inerente à natureza humana e estará sempre associada ao conceito de “honra”.

A bibliografia citada no artigo é diversificada e vem também expressa na indexação, permitindo-nos, entre outras coisas, uma melhor compreensão dos autores que influenciavam, positiva ou negativamente, o movimento integralista lusitano e, neste caso concreto, um dos seus coriféus – António Sardinha³⁸. Permita-se-nos transcrever aquela bibliografia que maior significado tem no contexto do artigo “A teoria da nobreza”, bem como enumerar os autores lá citados como recurso e apoio das posições despendidas: Bourget, Paul: *L'Étape*; Brito, Manuel da Costa Juzarte de: *Livro Genealógico das Famílias Desta Cidade de Portalegre* e *Livro do Armeiro-Mór do Reyno*; Chailley-Bert: *Enquête sur l'enseignement secondaire*; Jouvenel, Robert de: *La République des camarades*; Lapouge, Vacher de: *Race et milieu social*; Machado, José de Sousa: *Brasões Inéditos*; Niceforo, Alfredo: *Les Classes pauvres*; Renan: *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*; Ribeiro, João Pinto: *Uzurpação, Retenção e Restauração de Portugal*; Sampaio, Alberto: *As Villas do Norte de Portugal*; Stendhal: *Rouge et noir*; Taine: *Notes sur l'Angleterre*; Vera, Álvaro Ferreira de: *Origens da Nobreza Política*. O autor socorre-se, ainda, no seu artigo de autores como Le Play, La Tour du Pin, Duque de Ávila e Bolama (1806-1881), Tácito, Augusto Comte, Alexis de Tocqueville, Georges Clemenceau, Georges de Avenel, Pierre-Joseph Proudhon, Louis de Bonald, Émile Faguet, Joseph Grasset, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, George Monk, Blanc de Saint-Bonnet, Bento Marciel Parente, Haussonville, não descurando a importância, para o tema, de autores como Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

Seguindo agora o mesmo padrão anterior, vejamos o que ocorre em relação ao artigo de Luiz d'Almeida Braga “Da renascença do tradicionalismo na arte e na política”. Com este artigo, o autor faz um

Apelo ao retorno da religião no trabalho artístico, criticando o trabalho coetâneo por se basear, diz, em meros dados experimentais, concepção oriunda do Positivismo. A arte e a Fé devem caminhar pelo mesmo trilho, aponta o autor. A decadência portuguesa é causada pela ausência de ideal e por um “materialismo violento” que advém dos Descobrimentos, pelo que a regeneração deve passar pelo enfraquecimento do Estado central e pelo retorno ao municipalismo.

³⁸ Também será, portanto, possível enumerar todas as obras e autores citados por um qualquer articulista da *Nação Portuguesa*, dando-nos um enorme potencial de informação e elementos de trabalho sistematizados à partida.

A bibliografia citada no artigo é parca, restringindo-se a Balzac: *A Comédia Humana*; Luís d'Almeida Braga: *O Culto da Tradição*; Homero: *Ilíada* e *Odisseia*; Rousseau: *O Contrato Social*; e as autoridades de que se socorre são também de interessante análise e vão de Afonso I, Rei de Portugal, passando por Afonso de Albuquerque, Maurice Barrès, Paul Bourget, Carlyle, Augusto Comte, Conde de Chambord, S. João da Cruz, Dante, Vasco da Gama, Goethe, Ernest Hello, Henrique V, Rei de França, D. José I, Rei de Portugal, Le Play, D. Miguel, Rei de Portugal, Bartolomé Murillo (pintor), Friedrich Nietzsche, Pedro Guilherme Frederico (economista), Nuno Álvares Pereira, Rivarol, Ruskin, Mouzinho da Silveira, Taine, Santa Teresa de Ávila, Alexis de Tocqueville, Leão Tolstoi, Paul Verlaine, terminando a nossa listagem com Leonardo da Vinci.

5. Um tema interessante que se poderá observar nesta primeira série da *Nação Portuguesa* é a determinação daquilo que os seus colaboradores denominaram de "*Monarquia Integral*" e que, tratado assim, só ocorre em dois artigos: um de José Pequito Rebelo, "*Monarquia Integral e República Democrática*"³⁹, e outro de Luís d'Almeida Braga, "*O Espírito da Democracia*"⁴⁰.

No primeiro artigo, propõe-se um estudo comparativo entre duas formas de regime político governativo: Monarquia Integral e República Democrática, no que concerne aos fins do Estado, à Soberania, à Descentralização, às Eleições e à Representação, ao Parlamento, ao Poder Central, às políticas económico-financeiras, religiosas, sociais e de defesa diplomático-militar. Escalpeliza-se cada um dos regimes, chegando-se à conclusão de que só o regime monárquico-integral pode continuar a obra histórica da Nação. Também neste texto se apresenta a Nação como eterna e múltipla, contrariando a opção da representatividade só do povo.

No segundo texto, de Luís d'Almeida Braga, tenta-se demonstrar que a constituição da nação e dos seus regimes políticos se encontra condicionada por factores históricos, geográficos e religiosos. O autor salienta a ideia de que após a destruição da família, cuja origem fez radicar no individualismo cartesiano com o seu apogeu em Rousseau, a Nação só pode ser reconstituída e restaurada pelo regresso à monarquia tradicional. Defende-se, por isso, o regresso à monarquia tradicional, uma vez que a monarquia constitucional se baseia nos mesmos princípios individualistas, que não

³⁹ N.P., pp. 179-186.

⁴⁰ N.P., pp. 279-285.

são outra coisa senão o ideário dos revolucionários e do republicanismo. Portanto, o autor conclui que só a Monarquia Integral “coloca a Pátria acima de tudo”, ao invés dos interesses particulares e individualistas.

Com o trabalho produzido no âmbito desta indexação, torna-se-nos mais fácil e célere averiguar se o movimento autodenominado de Integralista Lusitano apresenta, de facto, um *corpus* coerente e característico de princípios político-filosóficos que nos permita afirmar, também, se tem um *corpus* doutrinariamente coerente e assente em princípios tais que permita caracterizá-lo e diferenciá-lo de outras correntes doutrinárias internacionalmente similares, trabalho que, por ora, nos coibiremos de executar para não alongarmos demasiadamente este artigo.

Também nos parece evidente que, durante todo o decurso de publicação desta primeira série, começa a ser nítido que as mais importantes posições políticas são antíteses das posições dominantes no movimento republicano e parlamentarista. Assim, o Integralismo Lusitano começa por se afirmar assumindo-se “*anti*” epositor a outros movimentos seus coetâneos e mesmo predecessores. Uma análise de mediação assente nos estudos das fontes doutrinárias, e da sua inclusão nos textos produzidos de ideais filosófico-políticos, permitirá, também com base na indexação realizada, justificar, ou não, se este movimento é na verdade e essencialmente um movimento oposicionista ao Partidarismo, ao Parlamentarismo, ao Eleitoralismo, ao Republicanismo e ao Liberalismo. Sabendo-se que tal postura antitética também o fora em França com três alvos preferenciais – Anti-Parlamentarismo, Anti-Semitismo e Anti-Protestantismo –, verifica-se que em Portugal o movimento integralista lusitano não tem os mesmos alvos preferenciais de crítica social e de antagonismos.

Na verdade, entendemos que, com a primeira série da *Nação Portuguesa*, poderemos perceber que, com as diversas posições lá assumidas, qualquer deriva para uma determinada concepção doutrinal ou doutrinária não colheria o apoio de todos os colaboradores. Foi o que de facto aconteceu. Também podemos verificar que o “nacionalismo” não foi o tema central da primeira série da *Nação Portuguesa*. Contudo, sê-lo-á da segunda e das subsequentes, independentemente das cisões que se conheceram no seio do movimento dos moços tornados homens. Aliás, a segunda série passará a ter como subtítulo *Revista de Cultura Nacionalista* e não *Revista de Filosofia Política* como na primeira. É significativo.

Com este bosquejo sobre a primeira série da *Nação Portuguesa*, pretendemos demonstrar que a ideia de um Integralismo Lusitano coerente e doutrinal pode e deve ser buscado no interior da sua mais importante expressão que é toda a

Nação Portuguesa em todas as suas séries, bem como o diário *Monarquia* e a revista *Integralismo Lusitano*.

Há um enorme trabalho de depuração, que permitirá tornar o Integralismo Lusitano no *corpus* doutrinário que ele, de facto, aparenta ter. Para que tal depuração possa ocorrer, é necessário ter em consideração que é preciso descortinar os seus temas conceptuais e doutrinários fulcrais e a sua importância no período de vida do Integralismo Lusitano. Entendemos que ainda falta estabilizar os conceitos de tradicionalismo, monarquia, nacionalismo, democracia, municipalismo, revolução/contra-revolução e que só depois se poderá propor um corpo doutrinário para o que foi ou pretendeu ser o Integralismo Lusitano.

Com este esboço pretendemos demonstrar que a questão introduzida no título deste artigo ainda não a encontramos satisfatoriamente respondida para o período em apreço, se é que algum dia o será. Não nos conformando com a ideia de que sobre o Integralismo Lusitano esteja tudo dito e tudo feito, pretendemos, com o trabalho de indexação e estudo realizado sobre a revista *Nação Portuguesa*, abrir um novo sulco no campo de estudo de tão importante movimento filosófico-político português, que terminará com um estudo similar sobre a revista *Integralismo Lusitano* e sobre o diário *A Monarquia*.